



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

Emenda nº _____ / _____ Tipo: _____ Autor: _____

Plano Plurianual – PPA 2026 à 2029
Anexo III – Planejamento Orçamentário
Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 539/2025 Data: ____/____/____ Tipo: Projeto de Lei

UNIDADE EXECUTORA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO DA UNIDADE Nº 09.01

FUNÇÃO

Educação

CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 12

SUBFUNÇÃO

Educação Básica

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 368

PROGRAMA

Prato Cheio na Escola

CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 184

AÇÕES

ATIVIDADE

Aquisição de produtos da merenda escolar e modernização das cozinhas escolares,
bem como a garantia de alimentação escolar dos alunos em vulnerabilidade social da rede municipal, durante o período de férias.

CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 323

META FÍSICA / ANÁLISE Acumulativa

QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA
16.529.081,91	un

META POR EXERCÍCIO	2026	2027	2028	2029	META PPA
	3.782.347,05	4.012.313,75	4.247.258,79	4.487.162,32	16.529.081,91

CUSTO FINANCEIRO TOTAL

CUSTO FINANCEIRO POR EXERCÍCIO



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

2026	2027	2028	2029	TOTAL C.F.
3.782.347,05	4.012.313,75	4.247.258,79	4.487.162,32	16.529.081,91

JUSTIFICATIVA

A alimentação escolar é um direito assegurado por lei e um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento físico, cognitivo e social das crianças e adolescentes. Em Uruguaiana, há uma parcela da população vivendo em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a merenda escolar representa, muitas vezes, a principal refeição diária de centenas de crianças.

Durante o período letivo, o fornecimento regular da merenda escolar garante uma nutrição mínima adequada para alunos que, em suas residências, enfrentam insegurança alimentar. Contudo, nas férias escolares, esse suporte é interrompido, agravando a situação dessas famílias e colocando em risco a saúde e o bem-estar de crianças e adolescentes.

Dessa forma, justifica-se a continuidade da oferta da merenda escolar durante o recesso escolar, por meio da disponibilização de refeições nas escolas, centros comunitários ou pela entrega de kits de alimentação às famílias cadastradas nos programas sociais. Essa medida tem respaldo legal, inclusive na Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), permitindo a utilização dos recursos para a alimentação de estudantes em situação de vulnerabilidade mesmo fora do período letivo.

Garantir merenda nas férias é uma ação emergencial de justiça social, que contribui diretamente para a proteção integral da infância e da adolescência, combate à fome, prevenção de doenças relacionadas à má nutrição e fortalecimento da dignidade humana

Ver. Manoela Rosa Couto
Bancada do PDT



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BA15-5BE8-2B24-D1AE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MANOELA ROSA COUTO (CPF 003.XXX.XXX-70) em 26/08/2025 09:34:02 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cmuruguaiana.1doc.com.br/verificacao/BA15-5BE8-2B24-D1AE>